

Artigo

Produção do espaço e conflito ambiental: As ocupações urbanas pelo direito à cidade

Pacelli Henrique Martins Teodoro

Resumo

Enquanto investimentos públicos propiciam a expansão e modernização do vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, a região do Isidoro se torna um espaço propício para tensões fundiárias entre distintos agentes sociais, que são agravadas por envolver uma considerável área verde que ainda resta na capital. Representados pela empresa Granja Werneck S./A., os principais requerentes da posse privada da região apresentam, com apoio legal da administração municipal, um projeto diferenciado com complexos produtos imobiliários, a favor de uma ocupação planejada e sustentável. E no mesmo espaço, as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória lutam para se apropriarem daqueles investimentos públicos como pauta popular de garantir o direito à moradia adequada, principalmente pela localização espacial. Em meio a essas tensões entre o público, o privado e as ocupações, o artigo visa discutir os conflitos decorrentes da produção do espaço no Isidoro pela perspectiva ambiental. Mediante discussão teórica, análises documentais e entrevistas semiestruturadas, o estudo do conflito ambiental foi fundamentado nas tríades espacial e individual/social, propostas por Henri Lefebvre (1991). Como resultados, a dimensão material esclareceu como a produção histórica da cidade de Belo Horizonte orienta a região do Isidoro para o atual cenário conflitivo entre pessoas que reivindicam direitos básicos e outras que objetivam a acumulação de lucros; já a das ideias interpretou como a produção contemporânea do conhecimento dominante reforça, de forma perversa, a culpabilidade da pobreza pela degradação ecológica; e a simbólica demonstrou como a produção cotidiana de significados nas ocupações urbanas se intermediam dialeticamente entre dominação e apropriação, troca e uso. Por fim, adverte-se que os discursos público-privados, quando fundamentados em ideias sustentáveis, podem dissimular o cotidiano de pessoas historicamente marginalizadas, bem como deslegitimar suas mobilizações pelo direito à cidade, a partir do momento em que elas questionam o *status quo* do urbanismo moderno e seu preponderante valor de troca do espaço.

Palavras-chave: Tríade dimensional; Política urbana; Desenvolvimento sustentável; Direitos sociais; Belo Horizonte.

Production of space and environmental conflict: The urban occupations for the right to the city

Abstract

While public investments promote the expansion and modernization of the Northern vector of Belo Horizonte's Metropolitan Region, Minas Gerais State (Brazil), the region of Isidoro becomes a propitious space for land tensions among different social agents, which are aggravated by involving a considerable green area that remains in Belo Horizonte city. Represented by the company entitled Granja Werneck S./A., the main claimants for the private tenure of the aforementioned region present, with legal support from the municipal administration, a different project with complex real estate products in favor of a planned and sustainable occupation. And, at the same space, Rosa Leão, Esperança, and Vitória occupations struggle to appropriate those public investments as a popular agenda to guarantee the right to adequate housing, mainly due to spatial location. In the midst of these tensions among the public sphere, the private one, and the occupations, this paper aims at discussing the resultant conflicts from the production of space in Isidoro through an environmental perspective. By means of a theoretical discussion, documentary analyses, and semi-structured interviews, the study of environmental conflict was based on the spatial and individual/social triads proposed by Henri Lefebvre (1991). As a result, the material dimension elucidated how Belo Horizonte city's historical production directs the region of Isidoro to the current conflict scenario between people, who claim basic rights, and others, who aim at accumulating profit; whereas the dimension of ideas interpreted how the contemporary production of dominant knowledge perversely reinforces the guilt of poverty for ecological degradation; and the symbolic dimension demonstrated how the daily production of meanings in urban occupations is dialectically intermediated among domination and appropriation, exchange and use. Finally, it is warned that public-private discourses, when based on sustainable ideas, can disguise the daily lives of historically marginalized people, as well as delegitimize their mobilizations for the right to the city, from the moment they question the modern urbanism *status quo* and its preponderant exchange value of the space.

268

Keywords: Three-dimensional; Urban policy; Sustainable development; Social rights; Belo Horizonte city.

Producción del espacio y conflicto ambiental: Las ocupaciones urbanas por el derecho a la ciudad

Resumen

Mientras las inversiones públicas favorecen la expansión y modernización del vector Norte de la Región Metropolitana de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais (Brasil), la región de Isidoro se convierte en un espacio propicio para las tensiones de tierras entre distintos agentes sociales, que se agravan al involucrar una importante área verde que aún permanece en la ciudad de Belo Horizonte. Representados por la empresa Granja Werneck S./A., los principales aspirantes a la propiedad privada de la región presentan, con el respaldo legal de la administración municipal, un proyecto diferenciado con productos

inmobiliarios complejos, a favor de una ocupación planificada y sustentable. Y en el mismo espacio, las ocupaciones Rosa Leão, Esperança y Vitória luchan por apropiarse de esas inversiones públicas como agenda popular para garantizar el derecho a la vivienda adecuada, principalmente por la localización espacial. En medio de estas tensiones entre lo público, lo privado y las ocupaciones, el artículo tiene como objetivo discutir los conflictos derivados de la producción del espacio en Isidoro desde una perspectiva ambiental. Mediante discusión teórica, análisis documental y entrevistas semiestructuradas, el estudio del conflicto ambiental se basó en las tríadas espacial e individual/social propuestas por Henri Lefebvre (1991). Como resultado, la dimensión material aclaró cómo la producción histórica de la ciudad de Belo Horizonte orienta a la región de Isidoro al actual escenario de conflicto entre personas que reclaman derechos básicos y otras que buscan acumular ganancias; la dimensión de las ideas interpretó como la producción contemporánea de conocimiento dominante refuerza perversamente la culpabilidad de la pobreza por la degradación ecológica; y la dimensión simbólica demostró cómo la producción cotidiana de significados en las ocupaciones urbanas se intermedia dialécticamente entre dominación y apropiación, cambio y uso. Finalmente, se advierte que los discursos público-privados, cuando se basan en ideas sostenibles, pueden disfrazar la cotidianidad de personas históricamente marginadas, así como deslegitimar sus movilizaciones por el derecho a la ciudad, desde el momento en que cuestionan el urbanismo moderno y su preponderante valor de cambio del espacio.

Palabras clave Tríada de dimensiones; Política urbana; Desarrollo sostenible; Derechos sociales; Belo Horizonte.

Introdução

A cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, encontra-se sujeita ao movimento global de “ambientalização” da produção do espaço, por incorporar princípios gerais da dimensão ambiental nos mecanismos de regulação urbanística, particularmente no processo de expansão urbana. No início do século XXI, grandes equipamentos públicos impulsionaram o vetor Norte como notável eixo de expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Destinados à modernização da infraestrutura viária e administrativa, tais projetos possuem forte conteúdo simbólico na atração de novas atividades econômicas (COSTA; MENDONÇA, 2010), que podem reforçar a apropriação histórica de investimentos públicos por parte da esfera privada. A título de exemplo, o plano da Granja Werneck S./A. prevê complexos empreendimentos imobiliários para a região, a fim de uma urbanização qualificada pela localização, exclusividade e sustentabilidade.

Distinta do padrão local de adensamento periférico, essa produção contemporânea do vetor Norte segue as típicas características da produção capitalista do espaço, a saber, a homogeneização, fragmentação e hierarquização espaciais, segundo Lefebvre (1991): à medida que a expansão propicia a homogeneidade de objetos e ações artificiais que são requisitados e comandados por uma minoria social, o resultante espaço homogêneo é fragmentado e devidamente hierarquizado, assim distanciado para a maioria. Como resultados, “[...] a contradição básica entre a produção de valores de troca e valores de uso, entre a reprodução do capital e a reprodução de grupos sociais não hegemônicos, entre a dominação e a apropriação social do espaço” (LIMONAD, 2013, p. 125), incitam conflitos sociais que perpassam modernamente a questão ambiental e, logo, possibilitam notá-la como parte íntima da produção do espaço, em especial como manifestação dos modos de apropriação social do espaço para a reprodução de uma sociedade (LEFEBVRE, 1991). Assim, ao analisar dialeticamente como, por e para quem o espaço é produzido, a questão ambiental possibilita esclarecer a efetiva relação sociedade-natureza no modo de produção capitalista.

A partir dessas contradições inerentes à realidade social, cerca de oito mil famílias das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória (BITTENCOURT; MORADO NASCIMENTO; GOULART, 2016) denunciam o conflito fundiário instaurado na região do Isidoro, entre os limites setentrionais dos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia. De um lado, uma massa social carente se mobiliza por uma porção de terra para a construção solidária de casas próprias. De outro, os promotores imobiliários em torno do grupo Granja Werneck S./A. se motivam a reproduzir a cidade-mercadoria (VAINER, 2000) com um convite seletivo à sociedade, em face do retorno à natureza pelo desenvolvimento sustentável. E favorável a estes por uma Operação Urbana Consorciada, o Poder Público se dispõe a seguir com o projeto de cidade-empresa (VAINER, 2000) por meio de regulamentações legais. Enquanto produto emergente, um conflito interno se consolida a partir do argumento oficial de invasão, criminalização e repressão pelo Estado, defronte do argumento popular de ocupação, direito e protesto/diálogo por parte dos moradores envolvidos.

Perante a essa problemática da renovação da produção capitalista da cidade pelo qualificador “sustentável” como estratégia para prosseguir com sua segregação socioespacial, este artigo tem como objetivo discutir os conflitos decorrentes da produção do espaço no Isidoro pela perspectiva ambiental. Recorre-se, aqui, ao adjetivo “ambiental” por sua característica multidimensional, capaz de integrar dimensões aparentemente distintas (econômica, política, ecológica, cultural), mas que se convergem quando conhecimentos em torno da natureza e sociedade realmente interagem.

Para tanto, parte-se da premissa de que o planejamento urbano vigente e sua bandeira verde, representada discursivamente por uma mistura contraditória de romantismo ecológico e sua natureza intocada com tecnicismo científico e sua eficiência produtiva, dissimulam o cotidiano de cidadãos e cidadãs na luta pelo exercício do direito à moradia¹. E ao constatar as perversidades sociais promovidas por estes tipos de discursos sustentáveis, o trabalho se faz importante ao destacar as resistências cotidianas das ocupações urbanas neste tipo de produção do espaço, por meio de ações populares que tanto questionam a crescente mercantilização das cidades quanto contribuem com narrativas e pautas diferenciadas para outra produção do espaço, orientada por sua apropriação em busca do resgate do valor de uso. Já a escolha pelo caso do Isidoro se justifica por sua dimensão (número de pessoas afetadas) e gravidade (sérias violações do direito humano à moradia pelo Estado), inclusive considerado o maior conflito fundiário da América Latina nos últimos anos².

¹ Salienta-se que tal pressuposto se refere somente a este modelo de planejamento que incorpora a questão ambiental a partir do discurso ora ecologista, ora tecnicista, pois quando aquele desconsidera a diversidade social ao equiparar todas as pessoas como um agente causador de danos ambientais, este dificulta a apropriação social do espaço ao limitar uma lógica entre produção eficiente e tecnologia avançada. Esses controles ecológicos e técnicos atingem, de modo injusto, o dia a dia daquelas pessoas que lutam pela moradia própria, com a geração de conflitos associados à área de fricção ideológica entre direito à moradia e proteção ambiental, assim denominada e indagada por Souza (2015b, p. 27): “[...] o que, afinal de contas, se deseja proteger, de que maneira e em proveito de quem?”. E com a finalidade de não reproduzir e nem reforçar um uso excludente da questão ambiental (que, diga-se de passagem, não desmerece em nada a demanda e importância das preocupações ambientais), é preciso se atentar para sua instrumentalização discursiva por interesses capitalistas, para distanciar o atributo “ambiental” de meras táticas com fins de exploração e dominação do espaço.

² O caso do Isidoro foi um dos sete selecionados, dentre 88 de todo o mundo, para ser apreciado na quinta sessão do Tribunal Internacional de Despejos, ocorrida na ocasião da terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), em Quito (Equador), no dia 17 de outubro de 2016.

1. Procedimentos metodológicos

O presente estudo sobre conflito ambiental foi fundamentado na produção do espaço apresentada teoricamente por Lefebvre (1991), por ser uma proposta que busca obter conhecimentos próprios do espaço, em superação das análises sobre coisas que existem no espaço ou se restringem ao discurso espacial³. Para isso, o artigo seguiu o propósito do autor em articular as tríades espacial e individual/social, isto é, abranger simultaneamente **1)** a prática espacial e o espaço percebido; **2)** as representações do espaço e o espaço concebido; **3)** os espaços de representação e o espaço vivido.

A *prática espacial* refere-se à dimensão material das atividades e interações sociais, a qual é cognoscível e perceptível da maneira que se apresenta por meio de sentidos – enquanto isso, a *produção social da ação* percebe sensorialmente a produção espacial material; objetivas com perspectivas abstratas, as *representações do espaço* já se relacionam à dimensão das ideias do meio intelectual, a qual é penetrada de saberes (uma mistura de conhecimentos e ideologias) e, logo, dominante numa sociedade, tendente a um sistema de signos verbais e códigos que emerge ao nível do discurso – nesse entretempo, a *produção social do pensamento* concebe abstratamente a produção espacial de conhecimento; e, por fim, os *espaços de representação* remetem-se à dimensão simbólica da vida social e arte, na qual símbolos se conectam a processos de significação, propensa a um sistema de signos não verbais, com ou sem códigos, que se resulta do experimento de seres humanos na prática de sua vida cotidiana – ao passo que a *produção social da experiência* vive cotidianamente a produção espacial de significados (LEFEBVRE, 1991). Conforme Schmid (2012, p. 95), esta original e independente versão “triádica” (e não binária) da dialética por

³ Ao considerar o espaço (social) e tempo (social) como produtos (sociais), que não são vazios e nem passivos, Lefebvre (1991) parte do entendimento que cada sociedade produz o próprio espaço, por meio da interação dialética de apropriação e dominação. E esse espaço social e politicamente construído é resultado das relações entre poder e ambiente, em conformidade com fins específicos de cada época. Por isso, fundamentar um estudo de caso sobre conflito ambiental nessa concepção teórica de Henri Lefebvre é um objetivo factível e apropriado, como já demonstrado por Laschefski e Costa (2008) em sua pesquisa sobre a implementação da Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, quando articularam abordagens teóricas da Ecologia Política com o presente conceito de produção do espaço, além do de campo por Pierre Bourdieu (1930-2002).

Henri Lefebvre foi desenvolvida em uma crítica radical de Friedrich Hegel (1770-1831), com base na prática social de Karl Marx (1818-1883) e na arte de Friedrich Nietzsche (1844-1900); “num nível geral, a figura dialética fundamental na obra de Lefebvre pode ser compreendida como a contradição entre pensamento social e ação social, suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético”.

Para atender parte do método em questão, a discussão teórica priorizou basicamente autores da linha crítica no pensamento científico, oriundos de diversas áreas de conhecimento (Geografia, Planejamento Urbano, Sociologia, Economia), enquanto a análise documental selecionou leis federais e municipais, planos urbanísticos, relatórios e pareceres técnicos, produtos publicitários e reportagens jornalísticas. Já para compreender a produção social da ação, do pensamento e da experiência, as entrevistas foram organizadas de modo semiestruturado com roteiro flexível de perguntas, sendo cada uma de interesse e adaptada a códigos de linguagem para determinado público⁴. Entre 2 e 5 de agosto de 2014, dezesseis entrevistas foram realizadas com representantes da sociedade civil, como lideranças e moradores antigos das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, acadêmicos da Universidade Federal de Minas Gerais e participantes de movimentos (Brigadas Populares, Comissão Pastoral da Terra, Arquitetos Sem Fronteiras Brasil, Comunidade Dandara)⁵. Com a intenção de produzir registros audiovisuais (TEODORO, 2014a) como modo de popularização da ciência, a pesquisa atentou-se ao caráter qualitativo na coleta e análise de dados sobre a produção do espaço no Isidoro.

⁴ O questionário foi organizado em três blocos de temáticas abertas, adequadas ao objeto de estudo e sua dialética tridimensional: **1)** Isidoro na história belo-horizontina, direito de propriedade e função social, valorização do vetor Norte e mercado imobiliário, Operação Urbana Consorciada do Isidoro, políticas habitacionais, características materiais das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória; **2)** Granja Werneck S./A. e seus projetos imobiliários, discursos da sustentabilidade, relação entre pobreza e degradação ambiental, postura do Poder Público e discurso dos meios de comunicação, outro planejamento urbanístico, Comunidade Dandara, participação popular e terra como bem comum; e **3)** história pessoal/familiar e motivos que levaram estar ali, local antes das ocupações, dia a dia e principais problemas, ameaças de despejo e medo, planos futuros e sonhos, o que esperar dos governantes.

⁵ A escolha desse período de tempo para os trabalhos de campo se justifica por ser considerado um momento crítico do conflito na região, que convergia o lançamento do projeto imobiliário e seu discurso de sustentabilidade, as recentes ocupações urbanas e as ações de reintegração de posse, movidas pela administração pública e pelos proprietários.

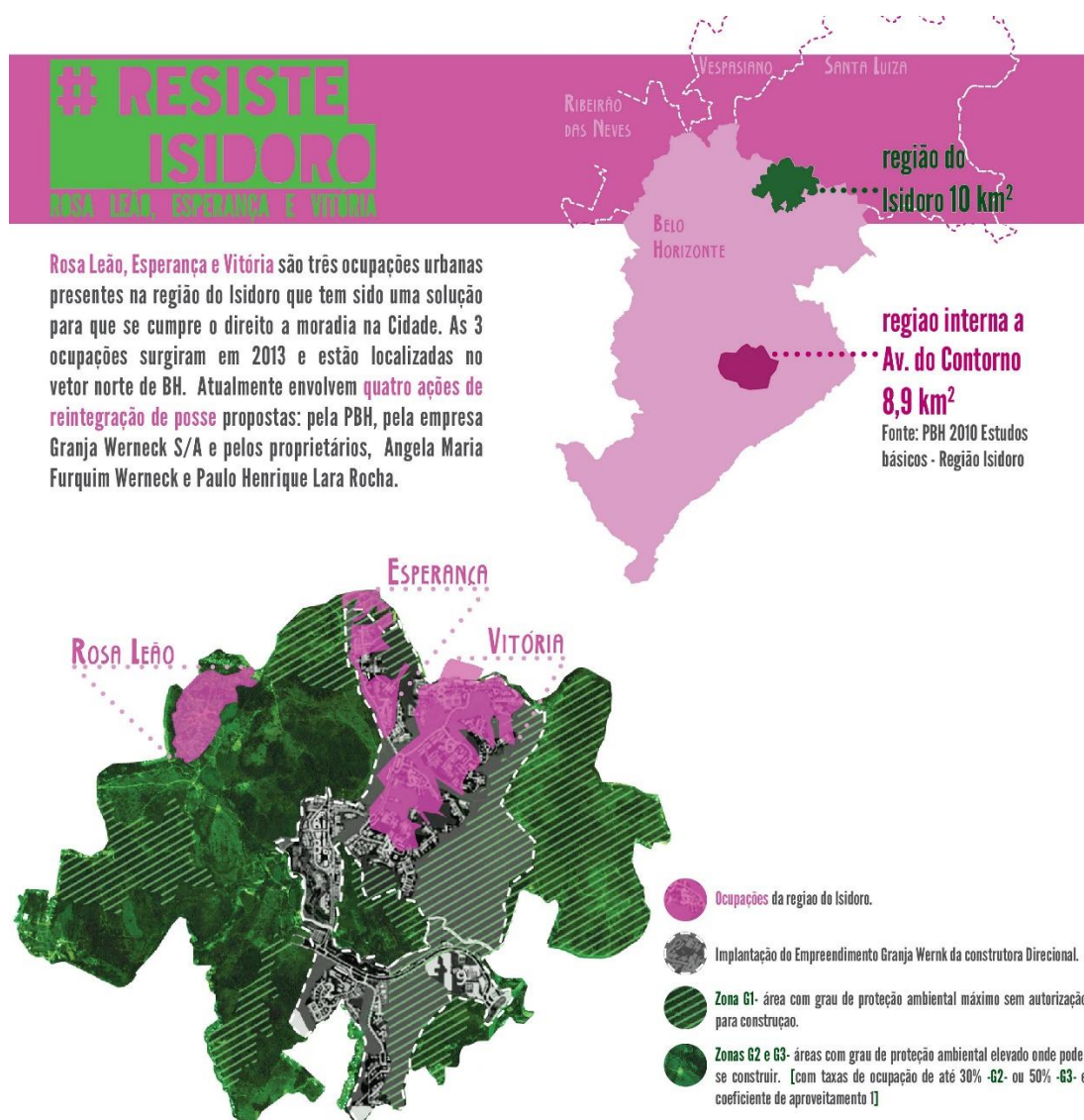
Pela complexidade da proposta lefebvriana – a relação dialética no seio da triplicidade possui o dever de ser analisada separadamente, todavia, sempre trabalhada conjuntamente – e quantidade de informações obtidas nas pesquisas de campo, a junção entre a abordagem teórica e as considerações empíricas tornou-se necessária na análise e discussão dos resultados para dinamizar sua redação textual, pois a estrutura dos capítulos requer materiais de distintas fontes (obras científicas, documentos e entrevistas). Embora a teoria tenha embasado preliminarmente os trabalhos de campo, optou-se por redigir o artigo a partir da prática, com inserções teóricas pontuais, coerentes entre si e condizentes às realidades (materiais, idealizadas e simbólicas) analisadas e discutidas no decorrer do texto. Dessa maneira, “*Produção do Isidoro entre práticas e estratégias*” explora a produção histórica material da cidade de Belo Horizonte, com apoio nas representações do espaço; já “*Discursos sustentáveis e perversidades sociais*” interpreta a produção contemporânea do conhecimento público-privado, especificamente entre pobreza e degradação ecológica; e “*Cotidiano e seus símbolos de resistência*” demonstra a produção diária de significados nas ocupações urbanas, traduzidos comumente na relação dialética entre medo e esperança.

2. Produção do Isidoro, entre práticas e estratégias

No município de Belo Horizonte, a região do Isidoro encontra-se em um eminente conflito ambiental, a começar por suas divisas e dimensões territoriais concentradas nas mãos de poucos e indagadas pelas ocupações urbanas (**Infográfico 1**). A adaptação deste infográfico sintetiza as tensões entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a empresa Granja Werneck S./A. e as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória: ao Norte da capital mineira, uma grande área não urbanizada formalmente, com paisagem natural a ser protegida, em meio à disputa territorial de implantar complexos e seletivos produtos imobiliários ou garantir moradias populares. Tais interesses e estratégias diferenciadas de apropriação e aproveitamento da natureza na era da globalização econômico-ecológica

respondem pela emergência de um conflito ambiental, entendido como expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento (ACSELRAD, 2004). E quando espaços de alguns se sobrepõem aos demais, como previstos na referida figura, é preciso retroceder no tempo para elucidar o desdobramento dos atuais eventos, com o devido propósito de compreender o que está por vir a partir de novas contradições.

Infográfico 1 – Região do Isidoro (MG): infográfico resumo da declaração de apoio ao #Resistelsidoro, 2014.



Fonte: Indisciplinar (2014). Adaptação: Autor (2019).

Entre transações de doação pública de terreno para a construção de um sanatório nas primeiras décadas do século XX (BELLO HORIZONTE, 1914)⁶ e, a partir disso, de incorporação das áreas circunvizinhas num acúmulo contínuo de terras em época com frágil registro de informações, a família Werneck é a principal requerente da posse privada de considerável parte do Isidoro – cerca de 350 hectares do total aproximado de 933 hectares. Mesmo com a revogação da referida Lei pela de nº 6.370/1993 (BELO HORIZONTE, 1993), a destinada área original não retornou ao domínio público, pelo motivo de parte desta ter entrado em negociações de terrenos entre a família Werneck e a Catedral Nossa Senhora da Boa Viagem, a qual coordena o Recanto Nossa Senhora da Boa Viagem na antiga sede do Sanatório Hugo Werneck (construção de 8.000 m²), desde a década de 1970.

De sanatório a asilo e, até mesmo, uma pedreira em meio a isso, a família Werneck não investiu em nenhum empreendimento e nem mesmo chegou a desenvolver alguma atividade duradoura que abrangesse significativamente sua parcela requerida do Isidoro, de maneira semelhante aos demais proprietários. Logo, a região conserva suas principais características naturais, sejam florísticas, faunísticas, hídricas, pedológicas etc., ainda que apresente uns impactos pontuais decorrentes da produção do espaço metropolitano, geralmente como toda grande área não urbanizada circundada pela urbanização ao longo de anos.

Como capital do estado de Minas Gerais, o município de Belo Horizonte possui 2.375.151 habitantes (IBGE, 2011) na área territorial de 331 km². Deste total populacional, 100% concentram-se na cidade, em outro modo, a população belo-horizontina é urbana – realidade próxima à predominante no cenário brasileiro (84,4%). E a respeito das dimensões territoriais da região do Isidoro, este considerável vazio urbano de urbanização formal representa a última área verde dentro do perímetro urbano de Belo Horizonte e, portanto, o direito de sua posse histórica constitui um desejo urgente entre determinados agentes sociais. Mas tal cobiça aproxima-se à tentativa de legitimar um direito absoluto de

⁶ Além da concessão do terreno a Hugo Werneck e Samuel Libanio, a Lei nº 82/1914 isentou o pretendido sanatório modelo de impostos e taxas municipais no prazo de quinze anos a partir de sua instalação, assim como legalizou a possibilidade de conceder o fornecimento de energia elétrica pelo preço mínimo durante o mesmo tempo.

propriedade, pois ignora totalmente o exercício de seu elemento constitutivo, a função social.

Na Constituição Federal, o art. 5º sintetiza que todos são iguais perante a Lei sem quaisquer distinções, garantindo a inviolabilidade de uma série de direitos sociais (BRASIL, 1988). Em particular, os incisos XXII e XXIII garantem o direito de propriedade quando esta atender sua função social, ou seja, quando atender as exigências de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, conforme o art. 182, parágrafo 2º (BRASIL, 1988). E o art. 39 do Estatuto da Cidade complementa esta norma ao assegurar o atendimento das necessidades de cidadãos e cidadãos quanto à qualidade de vida, a justiça social e o desenvolvimento das atividades econômicas (BRASIL, 2001).

Já no Plano Diretor de Belo Horizonte, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às normas de ordenação do território, voltadas para o bem coletivo, a segurança, o bem-estar dos indivíduos e o equilíbrio ambiental, segundo o art. 38 (BELO HORIZONTE, 2019). Em resumo, o Plano municipal agrega termos como proteção social e preservação ambiental à função social da propriedade do Estatuto federal.

Diante da inicial concessão pública e cumulação privada; depois, da transação ilegal de terras e revogação legal; e, enfim, do atual “vazio urbano” e da função social, autodenominar-se proprietário do Isidoro remete-se à injusta história fundiária do Brasil, ainda remanescente desde o século XVI. E apesar de o grupo Granja Werneck S./A. justificar o abandono de propriedade há décadas pelo argumento favorável à preservação ambiental, seu recém-interesse privado em destinar produtos imobiliários a uma área crescentemente valorizada por investimentos públicos comprova a especulação como seu real objetivo, afinal, a localização é um diferencial importante no valor do imóvel.

Ligada à acessibilidade, a localização é um fator que diferencia o valor de troca do imóvel, determinado por seu grau de articulação espacial com os sistemas de objetos e ações no entorno próximo. Ribeiro (1997, p. 81) reforçou ainda que “o que é vendido não são apenas ‘quatro muros’, mas também um ‘ticket’ para o uso deste sistema de objetos e de *appartenance* à estratificação social representada pela divisão social e simbólica do espaço.”.

E para o bilhete à venda corresponder e justificar para aquela demanda que estiver disposta a pagar (SINGER, 1980) seu valor de troca no mercado imobiliário, o empreendimento precisa ofertar certas exclusividades materiais e simbolizar a relação de seres social e economicamente iguais, concentrados no interior de seu conteúdo.

Recentemente valorizada pela acessibilidade próxima a três grandes equipamentos (o Aeroporto Internacional de Confins, o sistema de vias rápidas Linha Verde e a nova sede estadual Cidade Administrativa), a região do Isidoro é peça fundamental para a Granja Werneck S./A. e seus projetos imobiliários com a Direcional Engenharia e Rossi Residencial, empresas já articuladas por via de uma Operação Urbana Consorciada, que representa um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder municipal com a participação de proprietários, moradores, usuários, investidores privados (BRASIL, 2001). O objetivo desse instrumento jurídico e político é alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental em uma área delimitada, todavia, Harvey (2015) alertou a respeito da ascensão das parcerias público-privadas sem atentar-se à relação de poderes entre Estado e incorporadores, as quais podem instigar o público a assumir os riscos em grandes projetos, enquanto o privado, os lucros.

Instituído como Área de Diretrizes Especiais de Interesse Ambiental em razão de suas características naturais, Isidoro passou a ser uma área com políticas específicas que pode demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciados, sobrepostos e preponderantes aos do zoneamento urbano (BELO HORIZONTE, 2010). Ainda na Lei nº 9.959/2010, a instituição da Operação Urbana do Isidoro normalizou um conjunto de intervenções para promover a proteção e recuperação ambiental da região (vegetação, nascentes, cursos d'água), por meio do processo de ocupação ordenado e sustentável, de acordo com o art. 40, parágrafo 2º.

Com sua relevância ambiental apontada pela presença de vegetação expressiva e do bioma Cerrado, pelo número de nascentes e cursos d'água e pela incidência das áreas de alta declividade e risco geológico, o plano urbanístico do Isidoro permite o adensamento de áreas propícias à ocupação pela concentração do potencial construtivo de áreas a serem

preservadas, como um dos pressupostos (art. 42, inciso II) (BELO HORIZONTE, 2010). Assim classificado em três categorias urbanísticas do máximo ao moderado grau de proteção, o projeto do Isidoro é especialmente controvertido pela alta permissividade construtiva, com várias possibilidades para majorar o coeficiente de aproveitamento de 0,5 até 1,5.

Porém, essa flexibilidade torna-se necessária para atender a construção prevista de 67.620 unidades residenciais e não residenciais, que não preveem a real coexistência entre classes econômicas desiguais, devido a “[...] alto valor dos terrenos, impostos, contrapartidas e alta dos materiais de construção.” (MYR PROJETOS SUSTENTÁVEIS, 2011, p. 50), mas sim, tendem a fomentar a “gentrificação” (SMITH, 1996) do entorno, isto é, promover um processo de recomposição social a partir de novos padrões de diferenciação social do espaço urbano, principalmente de bairros periféricos do município de Santa Luzia. Em concordância, Laschefski (2013) alertou o potencial da especulação acelerada promovida pelo projeto da Granja Werneck S./A. em agravar a segregação socioespacial, com o aumento das dificuldades em permanecer nesta região por causa da propensa elevação do custo de vida, obter a documentação de titulação de propriedade dos loteamentos antigos não regulamentados e até adquirir uma nova moradia.

Portanto, num espaço de exceção legal e sem uma efetiva participação popular, a parceria público-privada propõe produzir a última grande área verde de Belo Horizonte, de cima para baixo. Além de questões jurídicas, o exclusivismo imobiliário desta produção é altamente questionável de acordo com o típico padrão de imóveis comercializados pelas incorporadoras e construtoras (DIRECIONAL ENGENHARIA, 2019; ROSSI RESIDENCIAL, 2019), assim responsáveis por reproduzir a dinâmica imobiliária: a relocação dos ricos e a expulsão dos pobres (SINGER, 1980).

Na cidade, uma latente luta de classes entre as que querem melhores condições de vida e outras que objetivam a acumulação de ganhos é o cerne de suas disputas locais. E ao expulsar o pobre da periferia para uma área ainda mais periférica, a cidade do capital continua a incitar umas das essências dos conflitos contemporâneos: a marginalização, exclusão e criminalização da pobreza urbana. Em razão disso, não basta promover apenas a

justiça social, pois distribuir renda não induz automaticamente à conquista de direitos ativos de construir o próprio espaço, para afastar-se de sua dominação e caminhar para a apropriação da vida social (LEFEBVRE, 1991).

A título de exemplo, uma série de manifestações em massa tomou conta das ruas de diversas cidades brasileiras em junho de 2013, em meio a protestos pelo aumento da tarifa do transporte coletivo. E Maricato (2013) associou lucidamente a abrangente questão urbana aos manifestos iniciados na cidade de São Paulo, desde já com o seguinte esclarecimento: melhorias nas condições de vida não são exclusividades de melhores salários ou melhor distribuição de renda, mas também, dependem da ampla acessibilidade às políticas públicas.

Da capital paulista à mineira, ao mesmo tempo em que jovens ocuparam massivamente as ruas com protestos contra a Copa do Mundo Brasil 2014, promovida por *Fédération Internationale de Football Association* de 12/6 a 13/7, a sociedade civil ocupou parte da região do Isidoro, representada majoritariamente por habitantes locais e imigrantes regionais sem casa própria. Com o apoio organizacional e técnico das Brigadas Populares, da Comissão Pastoral da Terra, dos Arquitetos Sem Fronteiras Brasil e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória passaram a integrar as estatísticas de conflitos, por apresentarem as típicas contradições na produção capitalista do espaço.

Como pauta popular por parte dessas ocupações urbanas, o direito à moradia é vindicado devido à política urbana insuficiente da administração municipal passada e seu programa Vila Viva, o qual englobava basicamente obras de remoção de famílias, urbanização de becos, erradicação de áreas de risco e reestruturação do sistema viário (BELO HORIZONTE, 2015). Como pode ser verificada, essa política era mais voltada para o reassentamento familiar do que uma que propunha diminuir o terceiro maior déficit habitacional metropolitano do Brasil na época (São Paulo: 700.259; Rio de Janeiro: 331.260), no total de 148.163 para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, sendo 55,2% pelo ônus excessivo do aluguel e 40,7% pela coabitação familiar (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014).

Também financiado pelo Governo Federal, outro programa discutível neste período temporal é o Minha Casa Minha Vida, direcionado para a produção, aquisição ou requalificação de habitações, de acordo com as faixas de renda mensal. Em Belo Horizonte, o programa era coordenado pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte, a qual forneceu um panorama da última gestão municipal, atualizado em 19/02/2016: até 2015, o potencial construtivo de 30.165 unidades habitacionais e, desde 2009, apenas 5.613 empreendimentos entregues (BELO HORIZONTE, 2016).

Além da diminuta produção de unidades frente ao déficit habitacional de 78.340 (42.340 por coabitação e 29.566 por ônus) somente no município de Belo Horizonte (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013), o Minha Casa Minha Vida não foi garantia de diminuição de tal número, principalmente entre as menores faixas de renda. Pelo maior acesso ao crédito e pela injeção de recursos do Estado em grandes construtoras, o setor imobiliário tornou-se o mais rentável do Brasil nos últimos anos, com um potente crescimento assim devido a incentivos do Poder Público.

Com a abertura de capital, as construtoras investiram em terras e, logo, tornaram-se as maiores proprietárias de imóveis urbanos, realidade que as concedeu o controle da política urbana pelo direito de direcionar a expansão e remodelação urbana (RIBEIRO; BOULOS; SZERMETA, 2014, n. p.); “com isso, regiões inteiras foram reconfiguradas sem aviso prévio aos que sempre estiveram por lá. Bairros antes periféricos viram, atônitos, torres serem erguidas ao seu lado. Novos moradores, novo perfil, novos preços”. E juntamente aos investimentos de mercado, a inflação descontrolada do valor dos aluguéis favoreceu o crescimento do déficit habitacional, inclusive em periferias. Portanto, se a esfera pública não cessar estímulos ao capital imobiliário e passar a regulá-lo, o mesmo continuará responsável pela produção urbana e, para Ribeiro, Boulos e Szermeta (2014), qualquer política estará fadada ao fracasso.

Diante disso, as ocupações do Isidoro propõem outro modo de produção do espaço urbano. Conduzidas por lideranças locais com o amparo técnico das Brigadas Populares e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, as reuniões periódicas incitam a participação

dos moradores a fim de debater os detalhes da mobilização popular, além de decidir a organização interna das comunidades. Este modo de ocupar representa um processo educativo direto, pois a apropriação do espaço é planejada e gerida de maneira ativa com participação coletiva e, nisso, as decisões não são impostas e nem verticalizadas, mas sim, discutidas e justificadas em assembleias horizontais.

No que diz respeito à perspectiva urbanística, as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória possuem um ordenamento territorial devidamente orientado pelos Arquitetos Sem Fronteiras Brasil. O tamanho de lotes, o limite de verticalização, o traçado de ruas e avenidas, a destinação de espaços comunitários que fortalecem as relações de vizinhança (cozinha, creche, biblioteca) e a delimitação de áreas verdes demonstram o cuidado prévio em ocupar o espaço segundo o Plano Diretor local, em vista à credibilidade dos envolvidos no reconhecimento futuro por parte do Poder Público e, assim, na chegada da urbanização formal, a qual viria a somar sem obstáculos técnicos.

Em contraponto, a principal diferença entre o então programa Minha Casa Minha Vida e a proposta das ocupações urbanas é o processo decisório de onde e como será a construção de moradias. Não basta ter um teto sem atentar-se para sua relação próxima com equipamentos e serviços públicos (localização), bem como não o adequar àquela unidade familiar (qualidade), sem a típica homogeneização do lugar em troca de cada identidade por mero bloco, letra, número. Da generalização à especificidade, a produção imobiliária em massa distancia-se da construção popular, individualizada e solidária, a qual é dificultada pelo acesso à terra e seu nó, a propriedade privada – uma questão necessária para o mercado capitalista (MARICATO, 2008). Em vista disso, Singer (1980) afirma que a cidade dentro do sistema capitalista não tem lugar para pobres, em razão do funcionamento normal de sua economia não assegurar um mínimo de renda a todos, ainda que este seja um requisito indispensável à ocupação do espaço – no presente caso, o acesso à terra por meio da propriedade privada.

E por questionar tal núcleo central do mercado imobiliário, as ocupações urbanas tornam-se alvo de discursos depreciativos, promovidos por agentes privados e com ajuda

legal do Poder Público. Embora haja resistência, a materialização da prática espacial tende a ser legitimada por suas representações do espaço, conforme propósitos hegemônicos dos agentes produtores do espaço, visto que representações podem combinar ideologia e conhecimento no interior de uma prática (LEFEBVRE, 1991). Hoje em dia, a questão ambiental pode ser incorporada ideologicamente em discursos do planejamento urbano, como fator emblemático para consentir perversas práticas.

3. Discursos sustentáveis e perversidades sociais

“Pessoas chegam, pessoas nascem, novas famílias se formam e Belo Horizonte se expande, mas isso nem sempre acontece de forma organizada” (GRANJA WERNECK S./A., 2012, 0m01s). Exatamente assim, a empresa da família Werneck inicia sua proposta à sociedade belo-horizontina, a qual promete ser a favor de uma “[...] ocupação ordenada inédita na cidade e que vai trazer benefícios para todos” (GRANJA WERNECK S./A., 2012, 0m22s). O convite ainda faz a pergunta propositiva: “e se fosse possível crescer com planejamento, preservação do meio ambiente e respeito às comunidades em volta?” (GRANJA WERNECK S./A., 2012, 0m11s).

Nas últimas décadas, a valorização do vetor Norte e, numa de sua parte, a aclamada “última área verde” de Belo Horizonte foram fatores decisivos para uns agentes influentes, econômico e politicamente, passarem a articular a reprodução do capital imobiliário, expandido para este novo espaço estratégico. Porém, eles precisaram antecipadamente autenticar suas pretensões com a legislação e opinião pública. A primeira foi correspondida pela relação próxima entre o público e o privado, uma parceria discutida no capítulo anterior, à medida que a segunda, pela desqualificação de formas e conteúdos tradicionais e, ao mesmo tempo, valorização de novos e recorrentes qualificativos, atualmente por meio de planos vinculados ao urbanismo ambiental.

Para tanto, a Granja Werneck S./A. inicia a disputa territorial pela idealização de uma ocupação planejada, ordenada, racional e sustentável com a preservação do meio ambiente, como a solução forçosa para proibir e inibir as invasões desorganizadas, irregulares, vandalizadas e não desejáveis, as quais são responsáveis pela devastação ambiental – síntese das principais palavras-chave de toda sua publicidade (GRANJA WERNECK S./A., 2012)⁷. Essa cooptação da modernização ecológica, a fim de gerenciar os recursos naturais e monopolizar seus usos de modo eficaz pela técnica e ciência (HARVEY, 1996), é consequência e justificada por uma das mais perversas acusações da história recente: a culpa da degradação ecológica seria das pessoas mais pobres.

Em um de seus célebres documentos, a Organização das Nações Unidas reuniu uma série de afirmações que associa essa polêmica lógica, por exemplo, “as zonas rurais estão sob a pressão de um número crescente de agricultores e dos sem-terra”; “a maioria desses países [em desenvolvimento] enfrenta enormes pressões econômicas, tanto internacionais quanto internas, para superexplorar sua base de recursos ambientais”; “o aumento da pobreza e do desemprego aumentaram a pressão sobre os recursos ambientais [...]”; “[...] em partes da América Latina, Ásia, Oriente Médio e África, o declínio ambiental está se tornando uma fonte de agitação política e tensão internacional” (UNITED NATIONS, 1987, p. 22-23, tradução nossa)⁸. Em uma passagem textual específica, este organismo internacional chegou a correlacionar diretamente a pobreza aos problemas ambientais: “a pobreza é uma das principais causas e efeitos dos problemas ambientais globais” (UNITED NATIONS, 1987, p. 19, tradução nossa)⁹.

⁷ “[...] falar em ‘desenvolvimento sustentável’ e defender remoções de população pobre, sem empenhar-se em saber até que ponto irão as famílias removidas não somente engrossar o caldo da segregação residencial em outro lugar, mas reproduzir o mesmo padrão de ocupação precária nesse outro lugar (geralmente a periferia distante), é miopia ou hipocrisia” (SOUZA, 2015a, p. 241-242).

⁸ “*Countrysides are coming under pressure from increasing numbers of farmers and the landless*”; “*most of these countries [developing countries] face enormous economic pressures, both international and domestic, to overexploit their environmental resource base*”; “*rising poverty and unemployment have increased pressure on environmental resources [...]*”; “[...] *in parts of Latin American, Asia, the Middle East, and Africa, environmental decline is becoming a source of political unrest and international tension*” (UNITED NATIONS, 1987, p. 22-23).

⁹ “*Poverty is a major cause and effect of global environmental problems*” (UNITED NATIONS, 1987, p. 19).

Essa íntima, intencional e perversa relação entre a pobreza e a deterioração possui uma razão: ao abrir fronteiras do mercado global, o capitalismo precisa preservar melhores circuitos para o próprio acesso pela justificativa de que a natureza deve ser produzida, em vista de seu grave estado de degradação, com estratégia, destreza e eficiência – avançados atributos técnico-científicos que apenas um restrito clube de agentes possui. Assim, esta fonte de poder alcança seu objetivo: a dominação dos recursos naturais por poucos como reserva de valor (BECKER, 2008), uma poupança futura.

Dantes definido pela dita organização internacional, o desenvolvimento sustentável busca no crescimento econômico, representado por decisões e ações de empresas transnacionais e entidades supranacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), a principal solução de combater a pobreza, mas não somente por uma causa humanitária e, sim, mais por sua culpabilidade ambiental, que acarretaria uma significativa economia de recursos naturais. E numa cidade sustentável, a ordem diária é maximizar, renovar, reaproveitar – em outra interpretação, controlar, prolongar, economizar espaços por e para iniciativas privadas.

Notada por Harvey (1996), a proposta do desenvolvimento sustentável não se refere exatamente à conservação da natureza, mas sim, a regulação de uma nova ordem econômica, renovada convenientemente no cenário internacional. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a ordem econômica do crescimento propôs incluir um projeto social com o desenvolvimento e, décadas mais tarde, buscar uma estabilidade produtiva e consumista com a sustentabilidade junto às bases materiais e energéticas. De outro jeito, a economia sempre foi o real objetivo, mesmo escamoteada por clamores sociais ou ecológicos: “[...] muitas formas de desenvolvimento corroem os recursos ambientais sobre os quais devem se basear e a degradação ambiental pode minar o desenvolvimento econômico” (UNITED NATIONS, 1987, p. 19, tradução nossa)¹⁰.

¹⁰ “[...] many forms of development erode the environmental resources upon which they must be based, and environmental degradation can undermine economic development” (UNITED NATIONS, 1987, p. 19).

Da teoria à prática, a perspectiva do desenvolvimento sustentável comparece na produção do espaço em Belo Horizonte, a qual busca se inserir no movimento global de cidades sustentáveis. Com uma mistura adjetiva entre ecológica e sustentável, sendo a segunda como avanço temporal da primeira (TEODORO, 2014b), o projeto desta cidade prima um planejamento rígido conduzido pelo Estado neoliberal (ativa participação como acionista, próximo a interesses privados e distante de anseios públicos), adotado de novas tecnologias, centrado no crescimento da economia e embelezado pelo signo do verde, por meio da gestão de mercado. Por um lado, a prática espacial é legalizada por documentos que fazem uso corrente do adjetivo sustentável em normas de ordenação urbana (BELO HORIZONTE, 2010; 2019) e, por outro, as representações do espaço apresentam propostas que se fundamentam em qualidades da sustentabilidade, especialmente as propagandas dos empreendimentos imobiliários.

Denominado como um dos maiores especialistas em desenvolvimento urbano com sustentabilidade, Jaime Lerner é o profissional responsável pelo projeto urbanístico para o Isidoro (JAIME LERNER ARQUITETOS ASSOCIADOS, 2010). E ao afirmar que a sustentabilidade é uma equação entre aquilo que se poupa e aquilo que se desperdiça (GRANJA WERNECK S./A., 2012, 6m30s), o arquiteto e urbanista demonstra uma perspectiva reducionista perante a realidade complexa, pois este simplismo quantitativo camufla processos, agentes e interesses na produção do espaço, afinal, perguntas fundamentais não entram em pauta: como será a produção dos recursos naturais? Quem receberá os bônus e se responsabilizará pelos ônus? E para que a incorporação de determinado recurso? Há urgência em discutir a sustentabilidade por uma perspectiva crítica, seus fins e meios, em fuga tanto da perigosa “eco-histeria” quanto do extremismo técnico.

Lerner propõe ainda manter as condições de encontro e diversidade no Isidoro, isto é, “vida, trabalho e lazer juntos” (GRANJA WERNECK S./A., 2012, 6m27s). Além das funções urbanísticas, entende-se que é preciso manter as condições de encontro e diversidade das pessoas em um espaço cheio de criatividade e autenticidade, repleto de histórias e pluralidade. Para isso, o *status quo* do urbanismo moderno apresentado na proposta de

Lerner precisa ser questionado, por consistir em um planejamento urbano tecnocrata, racional e autoritário com padronização arquitetônica e urbanística, responsável pela higienização social e ilegalidade simbólica da pobreza. “Em resumo, o projeto Granja Werneck está promovendo uma elitização do espaço urbano, adotando uma concepção de sustentabilidade que visa, sobretudo, agregar valor de troca aos imóveis comercializados” (LASCHEFSKI, 2013, p. 161).

Sabe-se que “[...] é muito difícil ser a favor de práticas ‘insustentáveis’, assim o termo se adere como reforço positivo de políticas e Política, dando-lhes a aura de serem ambientalmente sensíveis” (HARVEY, 1996, p. 148, tradução nossa),¹¹ mas urge-se descobrir as aparências de discursos ditos sustentáveis que privilegiam a minoria na produção do espaço e culpam a pobreza pela degradação ambiental, como o da Granja Werneck, “um empreendimento elaborado em parceria com o Poder Público, com o cuidado e a responsabilidade que a região Norte merece. O resgate da vida em comunidade e uma enorme área verde preservada para sempre!” (GRANJA WERNECK S./A., 2012, 7m12s). Mudar a cidade contemporânea requer mais que simples adição de um adjetivo na produção espacial; requer a produção de um espaço apropriado por novas relações sociais capazes de renovar a vida urbana (LEFEBVRE, 1991; 2010), pensada democraticamente a partir de interesses comuns da sociedade numa parceria próxima entre Estado e movimentos sociais (HARVEY, 2015).

Mas essa cidade plural e democrática que acolhe e respeita as diferenças, construída a partir do valor de uso e apropriada por todas e todos, sem dificultar o exercício de direitos e sempre regida por justiça, pode se distanciar materialmente ao inferir que “[...] os produtores do espaço sempre agiram de acordo com uma representação, enquanto os ‘usuários’ experimentaram passivamente o que lhes foi imposto, à medida que foi mais ou menos inserido, ou justificado, em seus espaços de

¹¹ “[...] it is very hard to be in favor of ‘unsustainable’ practices so the term sticks as positive reinforcement of policies and politics by giving them the aura of being environmentally sensitive” (HARVEY, 1996, p. 148).

representação” (LEFEBVRE, 1991, p. 43-44, tradução nossa)¹². Por isso, a mobilização social e seus conflitos diários tornam-se precisos para iniciar a ressignificação da produção capitalista do espaço, quando resistem ativamente a imposições hegemônicas e almejam outro espaço.

4. Cotidiano e seus símbolos de resistência

Como uma atitude radical que se importa em resgatar a vida cotidiana da dominação do espaço abstrato (manifestação espacial do trabalho pelo modo de produção capitalista), a ocupação é, para Bastos *et al.* (2017), um ato de coragem que constitui práticas espaciais intermediárias concretas e moventes na direção do espaço diferencial – a antítese do abstrato, quando as relações sociais guiadas pela lógica homogeneização-fragmentação-hierarquização são desfeitas e outras novas são feitas por diferenças, que se contrastam e opõem, se superpõem e justapõem. Nesta abordagem lefebvriana, os autores confirmam a importância das ocupações urbanas na produção embrionária de um espaço apropriado, principalmente aquelas em estágio inicial que experimentam formas de urbanização tão mais singulares em torno da produção do comum.

Espontâneas e/ou organizadas por movimentos sociais, 24 ocupações são responsáveis por abrigarem 15.724 famílias (aproximadamente 60 mil pessoas) na Região Metropolitana de Belo Horizonte (BITTENCOURT; MORADO NASCIMENTO; GOULART, 2016). E Rosa Leão (205.127 m²), Esperança (338.124 m²) e Vitória (950.000 m²) abrangem, em 16% de todo o território do Isidoro, 47,7% deste total familiar (1.500, 2.500 e 3.500 famílias, respectivamente) – um percentual que demonstra a relevância dessas três ocupações urbanas no contexto regional e, sobretudo, no cotidiano de 29.466 pessoas. E ao iniciarem

¹² “[...] the producers of space have always acted in accordance with a representation, while the ‘users’ passively experienced whatever was imposed upon them inasmuch as it was more or less thoroughly inserted into, or justified by, their representational space” (LEFEBVRE, 1991, p. 43-44).

as entrevistas, os moradores, aqui representados por alguns na **Figura 1**, primaram a contar sua história pessoal ou familiar e, logo no começo, justificaram a própria presença no Isidoro, segundo motivos que os levaram a estar numa ocupação. Influentemente duais, as razões permearam entre o aluguel e a coabitação, em correspondência direta aos dados já citados da Fundação João Pinheiro (2013; 2014).

Figura 1 – Mosaico de fotos de moradores entrevistados nas ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, região do Isidoro (MG), em 2014.



Fonte: Teodoro (2015).

O ônus excessivo do aluguel é efeito do reajuste anual corrigido pelo Índice Geral de Preços – Mercado, o qual é atualizado a partir da inflação acumulada em doze meses. No período em questão, o índice acumulado ficou acima da inflação, de acordo com cálculos da Fundação Getúlio Vargas (2016). A mais, a revisão do aluguel é outra causa de seu aumento, assim ajustado conforme o mercado e tendente à valorização espacial.

Associada ao ônus do aluguel, a coabitação denota uma necessidade de indivíduos a terceiros, parentes ou não, particularmente pela questão financeira. Para Peixoto e Luz (2007, p. 171), a coabitação familiar incita tanto a reorganização do espaço quanto a adaptação de novas normas, isto é, introduz uma nova dinâmica na organização doméstica que implica em contribuições material e financeira e um suporte moral e afetivo no

cotidiano; “a vida em comum só é possível se existir este circuito de reciprocidades, senão a coabitação pode quebrar a harmonia familiar e tornar-se violenta.”. Embora a pressão dos deslocamentos de uma morada a outra represente a solidariedade intergeracional, a coabitação nem sempre é desejada de forma espontânea por famílias com dificuldades financeiras.

Em relação à região antes das ocupações, os moradores identificaram simbolicamente o espaço do Isidoro como uma mata fechada, sem madeiras de lei, que servia como trilhas de moto e local de despejo de resíduos sólidos (domésticos e de construção civil), veículos automotores (desmanche) e até corpos humanos (delitos). Como testemunhas oculares, eles asseguraram que tais serventias ainda continuam, sobretudo pela presença de organizações populares que agora podem ser responsabilizadas e deslegitimadas: as próprias ocupações urbanas. Inicialmente denominadas de invasoras, pessoas de ocupação são automaticamente assimiladas a predicados pejorativos por significativa e influente parte da população e, por conseguinte, deslegitimar suas causas se faz necessário em momentos oportunos.

Árvores de maior porte continuam presentes na Rosa Leão, Esperança e Vitória, sejam espalhadas entre moradias ou concentradas em áreas de proteção. Aquelas cortadas foram identificadas, selecionadas e utilizadas como matéria-prima na construção dos primeiros barracos. Quando responsabilizado pelo desmatamento da área a partir do senso comum, um morador propõe a seguinte reflexão: “como a gente vai fazer uma casa pendurada na árvore? Se fosse assim, o centro de Belo Horizonte era tudo mata” (TEODORO, 2014a, 50m25s).

No dia a dia, os principais problemas foram resumidos na prestação de serviços básicos, por exemplo, o abastecimento de água tratada, o fornecimento de energia elétrica, a pavimentação de vias, os cuidados à saúde e o atendimento à educação. As três ocupações possuem a mesma condição urbana: presença das redes de distribuição de água e energia autoconstruídas e ausência de serviços públicos, como transporte coletivo interno e coleta de resíduos sólidos e esgoto (BITTENCOURT; MORADO NASCIMENTO; GOULART, 2016).

Especificamente sobre saneamento básico, a falta da coleta de resíduos sólidos é outra questão da ausência do Estado, porém, seu acúmulo periférico salta às vistas de transeuntes e pode infelizmente perpetuar a perversa relação entre a pobreza e a degradação do meio, por uma análise rápida, simplista e acrítica.

Ao contrário da cômoda associação reforçada por United Nations (1987) entre o alto crescimento demográfico, comum em países periféricos, e o desgaste de recursos naturais, Ehrlich e Ehrlich (1990) adicionaram a riqueza e a tecnologia à população como as variáveis diretas da equação do impacto social sob o meio natural: $I = PAT$ (*Impact = Population x Affluence x Technology*). E conforme a desigualdade expressa em indicadores de desenvolvimento mundial (WORLD BANK, 2020), particularmente no que se refere à pobreza e ciência-tecnologia (grandezas inversamente proporcionais), pode-se afirmar que o nível de pressão sobre o ambiente é tanto maior quanto maior for a injustiça social, a qual concentra benefícios entre os mais abastados e transfere custos para os mais vulneráveis.

Ainda entre os moradores entrevistados, há aqueles que garantiram a não existência de nenhum problema habitual. Por mais singular que possa parecer pelo menos no primeiro instante, essa afirmação remete-se à exposição do sujeito. Segundo Acselrad (2013, p. 120), a condição de vulnerabilidade é socialmente construída e, dessa maneira, só pode ser definida a partir de um ponto de vista; “sabemos que os grupos sociais convivem com horizontes e expectativas de vida distintas: quanto mais estreito for o arco das expectativas, maior a propensão a aceitar condições, em outras circunstâncias, momentos e lugares, inaceitáveis”.

A história dessas pessoas, que tomam aquela “atitude radical” em ocupar terras devolutas e construir suas moradias sem nenhuma proteção legal, é demasiadamente marcada por privações ao ponto que aquilo considerado inaceitável para algumas não o é para elas. Por isso, nada de notável em pessoas não se queixarem de adversidades cotidianas. E ainda como escreveu Acselrad (2013), esse estado de vulnerabilidade não é de reponsabilidade pessoal, da capacidade de defesa dos indivíduos (sujeitos), mas sim, do déficit de responsabilidade estatal (processos). A partir disto, mecanismos que as tornam

vulneráveis, como vítimas de uma proteção desigual, serão desfeitos quando as políticas de combate a processos decisórios forem requeridas e atendidas de um Estado essencialmente democrático.

Enfim, enquanto a desigualdade ambiental manifestar-se no contexto belo-horizontino pela proteção estatal e/ou pelo acesso a recursos, as ocupações do Isidoro continuarão a enfrentar repressões e conviver com tentativas de despejo e reintegração de posse. Em agosto de 2014, o sobrevoo diário de helicópteros e a presença de policiais (aparato do Estado) para mapeamentos territoriais, sem aviso prévio e nem canal direto de comunicação com as lideranças locais, amedrontaram psicologicamente as comunidades ao ponto de se mobilizarem logo após a divulgação da ordem de reintegração de posse pela Polícia Militar de Minas Gerais. Retratado por Teodoro (2014a, 2h13m05s) no capítulo extra “#Resistelsidoro”, este conflito específico movimentou grande número de agentes sociais e propiciou protestos físicos e virtuais, que resultaram na importante visibilidade nacional e internacional da tensão.

Nos bastidores de filmagens que coincidiram com esse momento delicado, o medo foi o sentimento que mais representou as feições e falas das pessoas. Nas idas a campo, “*Eu tenho uma vida aqui!*”, “*Gastei tudo o que tinha e não tinha!*”, “*Para onde ir?*” foram algumas das preocupações enunciadas, as quais demonstram certa assimilação social com o entorno espacial pela construção da identidade territorial – na proposta de Castells (2000), a construção social da identidade de resistência, criada por agentes que se encontram em posições e condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação.

E mesmo com direitos básicos não atendidos por postos de saúde (consultas e cirurgias médicas) e direções de escola (matrículas no ensino básico) em bairros circundantes, além de frequentes cortes de água e energia elétrica, todos os moradores possuem projetos futuros e sonhos na região do Isidoro. A consolidação da moradia e o direito de propriedade traduzem o desejo da maioria – um desejo geral de permanência. Em outras palavras, estas pessoas não pedem materiais de construção e muito menos uma habitação pronta, apenas uma porção de terra em que possam construir solidariamente as

próprias casas, manter suas redes e relações de reciprocidade e usufruir de direitos, como o de acessar recursos públicos para a aquisição de imóveis. Como já frisou Maricato (2008), a propriedade privada simboliza “o nó da terra”, a qual dificulta seu acesso regular e é responsável, na área da habitação, pelo explosivo crescimento de favelas e loteamentos ilegais nas periferias.

De volta aos planos futuros, esses indicam o que esperar dos governantes. De modo geral, a esperança dos moradores converge em torno da sensibilização da administração municipal a favor da pauta popular, que concretizaria quando autoridades competentes, até então representadas pela Polícia Militar, visitassem pessoalmente as ocupações urbanas com propostas de comum acordo.

Denominado como “uma ameaça ao verde” pelas invasões familiares (BELO HORIZONTE, 2011, p. 27-28), o caso do Isidoro foi inicialmente conduzido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a partir de dois principais meios: um burocrático e outro repreensivo. A Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte foi o órgão responsável por fazer o cadastro de famílias das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória para aqueles programas habitacionais com obras em atraso, entretanto, este registro cadastral já foi contestado pelos Arquitetos Sem Fronteiras Brasil (2014) devido a certos equívocos: funcionários não treinados, apontamentos vazios e informações indefinidas, julgamento de valor, serviço realizado em dias úteis e moradores não avisados previamente. E a Polícia Militar de Minas Gerais foi encarregada a intermediar acordos, transmitir ordens e discursar para imprensas de comunicação de massa, sendo que ausência de diálogos com técnicos especializados, impossibilidade de efetivas negociações coletivas e bloqueio de representatividade popular em reuniões oficiais foram as queixas centrais dos movimentos envolvidos.

Pressionadas em uma cidade imobiliariamente excludente, famílias resistem a práticas, contradizem representações e “ressignificam” espaços ao permanecerem na região do Isidoro e não aceitarem a segregação imposta, involuntária. E para fazer parte da agenda política do Poder Público, elas ocupam propriedades ociosas por não cumprirem sua

função social, prevista legalmente (BRASIL, 1988; 2001; BELO HORIZONTE, 2019). Nisso, Lefebvre (1991, p. 55, tradução nossa) destacou a ação política das minorias presente na luta de classes que se inscreve no espaço, sendo que “apenas a luta de classes tem a capacidade de diferenciar, de gerar diferenças que não são intrínsecas ao crescimento econômico enquanto estratégia, ‘lógica’ ou ‘sistema’ – isto é, diferenças que não são induzidas e nem aceitáveis por esse crescimento”¹³.

Essa luta de classes corresponde a um relevante passo na busca inicial pelo direito à cidade idealizado por Lefebvre (2010), por mais que tal só seja possível em outra sociedade. Sem trivializar a proposta lefebvriana, no momento em que as ocupações urbanas questionam o *status quo* do urbanismo moderno e seu preponderante valor de troca do espaço no modo de produção capitalista, elas reivindicam uma mudança social norteadas pela recuperação, devidamente renovada, do valor de uso do espaço. Para Lefebvre (1991), estas práticas espaciais do desvio, assim denominadas, são uma prática intermediária entre dominação e apropriação, troca e uso. E da dominação à apropriação espacial, do valor de troca ao de uso, a pauta popular pendura e sua ação se fortalece até os dias atuais no Isidoro, ainda que entre medo e esperança.

Considerações Finais

A proposta lefebvriana da produção do espaço propiciou outra perspectiva e novas contribuições a respeito de conflito ambiental. Fundamentadas em acervos documentais e entrevistas, as tríades dimensionais permitiram analisar cientificamente a produção espacial material, de conhecimento e de significados e individual/social da ação, do pensamento e da experiência na região do Isidoro. Tais processos interconectados dialeticamente mostraram

¹³ “Only the class struggle has the capacity to differentiate, to generate differences which are not intrinsic to economic growth qua strategy, ‘logic’ or ‘system’ – that is to say, differences which are neither induced by nor acceptable to that growth” (LEFEBVRE, 1991, p. 55).

contradições entre um modelo específico de planejamento urbano-ambiental e a garantia democrática do direito à moradia.

Por ser um instrumento político, o discurso sustentável pode favorecer o apaziguamento de tensões sociais quando impõe barreiras aos movimentos sociais opostos a suas práticas mercantis, em ameaça à reprodução das diferentes condições de vida na apropriação social do espaço (LIMONAD, 2013). Enquanto a perspectiva do “ecologismo” intensifica o processo de desnaturalização da espécie humana e corrobora interesses escusos, a do tecnicismo padroniza o espaço social e restringe a vida social e, portanto, a sustentabilidade torna-se, neste caso particular, uma retórica estratégica para a reprodução das relações sociais de produção.

Por fim, mesmo que se julgue como ambientalmente responsável, o planejamento que visa cidades mais sustentáveis não tende a romper com práticas e estratégias da produção capitalista do espaço, pelo contrário, esse colabora para intensificar a perda dos diversos sentidos sociais na questão ambiental. Em Belo Horizonte, a parceria público-privada e o projeto urbanístico da Granja Werneck S./A. dissimulam o dia a dia de cidadãos e cidadãos das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória na luta pelo direito à moradia, mas não sem resistência pela luta de classes¹⁴.

Esse confronto materializa a coalisão entre as representações do espaço e os espaços de representação, o concebido e o vivido, a qual se sustenta na contradição básica entre o valor de troca e o valor de uso. E já que Lefebvre (1991) incumbiu o uso político do espaço como o meio capaz de restabelecer seu valor de uso, parte-se do princípio de politizar e mobilizar as camadas populares por uma análise crítica que reveja práticas, esmiúce discursos e interiorize-se no cotidiano simbólico da atual produção do espaço, para o avanço do direito à cidade – um espaço que não marginalize e nem exclua as diferenças sociais.

Para tanto, o presente trabalho procurou refletir dialeticamente sobre as ocupações urbanas no Isidoro e suas tensões ambientais (disputas contra a dominação da última grande

¹⁴ Registra-se que, até o presente momento, o projeto da Granja Werneck S./A. não se materializou na prática, ao passo que as ocupações urbanas têm recebido medidas que autorizam sua regularização fundiária, além de um plano de urbanização.

área verde de Belo Horizonte), ao percorrer pela fluidez, dinamicidade e abertura do pensamento lefebvriano. Entre sim e não (LEFEBVRE, 1991), nem um e nem outro, mas sim, um e outro, os espaços materiais e simbólicos da Rosa Leão, Esperança e Vitória demonstraram contradições que permitem concebê-los como importantes intermediações entre dominação e apropriação espacial. E como a economia global é cada vez mais regida pelo binômio desenvolvimento-ambiente, conclui-se que a dimensão do conhecimento deve ser mais explorada por essas ocupações, com prioridade em contestar aqueles massivos e perversos discursos sustentáveis, ocupar criativamente o espaço discursivo por meio de experiências concretas e, assim, procurar se legitimar perante opinião pública adversa que ainda as vê como “ameaças ao verde”.

Agradecimentos

296

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo auxílio financeiro (bolsa de Pós-doutorado Júnior – Programa Básico de Planejamento Urbano e Regional) junto à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e a esta pelo amparo institucional (Residência Pós-doutoral).

Referências

- ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri. O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento: anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade. **Em Pauta**, v. 11, nº 32, pp. 115-129, 2013.

- ARQUITETOS SEM FRONTEIRAS BRASIL. **Parecer técnico sobre o cadastro da URBEL na região do Isidoro, em Belo Horizonte, MG.** 2014. Disponível em: <<http://ocupacaorosaleao.blogspot.com.br/2014/03/parecer-tecnico-do-grupo-de-arquitetos.html>>. Acesso em 13/12/2021.
- BASTOS, Camila D. et al. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: Ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, nº 2, pp. 251-266, 2017.
- BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: Logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 271-307.
- BELLO HORIZONTE (Município). **Lei nº 82, de 24 de outubro de 1914.** Autoriza conceder terreno. Belo Horizonte: Prefeitura da cidade de Belo Horizonte, 1914.
- BELO HORIZONTE (Município). **Lei nº 6.370, de 12 de agosto de 1993.** Revoga leis, resoluções, decretos e decretos-leis que menciona e dá outras providências. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1993.
- BELO HORIZONTE (Município). **Lei nº 9.959, de 20 de julho de 2010.** Altera as leis nº 7.165/96 e nº 7.166/96, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das ZEIS, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas AEIS, e dá outras providências. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2010.
- BELO HORIZONTE (Município). **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte:** regional Norte. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2011.
- BELO HORIZONTE (Município). **URBEL Vila Viva – integração das vilas à cidade.** 2015. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&lang=pt_BR&pg=5580&tax=8178>. Acesso em 29/09/2016.
- BELO HORIZONTE (Município). **URBEL Minha Casa Minha Vida –** 2015. 2016. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=52152&lang=pt_br&pg=5580&taxp=0&>. Acesso em 29/09/2016.

- BELO HORIZONTE (Município). **Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019**. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2019.
- BITTENCOURT, Rafael R.; MORADO NASCIMENTO, Denise; GOULART, Fabrício F. **Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Praxis, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COSTA, Heloisa S. M.; MENDONÇA, Jupira G. Urbanização recente e disputa pelo espaço na dinâmica imobiliária metropolitana em Belo Horizonte. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 17., Caxambu, 2010. **Anais[...]**. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2010. p. 1-17.
- DIRECIONAL ENGENHARIA. **Imóveis**. 2019. Disponível em: <<https://direcional.com.br/minas-gerais/encontre-seu-imovel/#Belo%20Horizonte>>. Acesso em 13/03/2019.
- EHRlich, Paul R.; EHRlich, Anne H. **The Population Explosion**. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1990.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Índices gerais de preços**. 2016. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92B6160B0D7D>>. Acesso em 29/09/2016.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2013.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares**. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2014.
- GRANJA WERNECK S./A. **Granja_werneck.wmv**. 2012. (7m51s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YFF7gEL69EU>>. Acesso em 13/12/2021.
- HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

HARVEY, David. Entrevista. **Revista aU**, nº 251, pp. 54-57, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: resultados do universo por setor censitário**. Rio de Janeiro, 2011.

INDISCIPLINAR. **Declaração em apoio ao #Resistelsidoro**. 2014. Disponível em: <<http://blog.indisciplinar.com/declaracao-de-apoio-ao-resiste-isidoro>>. Acesso em 25/01/2019.

JAIME LERNER ARQUITETOS ASSOCIADOS. **Plano urbanístico preliminar Granja Werneck (Belo Horizonte - MG, 2010)**. 2010. Disponível em: <<http://www.jaimelerner.com/granja-werneck.html>>. Acesso em 29/09/2016.

LASCHEFSKI, Klemens. 500 anos em busca da sustentabilidade urbana. **Cadernos Metrópole**, v. 15, nº 29, pp. 143-169, 2013.

LASCHEFSKI, Klemens; COSTA, Heloisa S. M. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: A elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, nº 2, pp. 307-322, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Malden: Blackwell Publishing, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. **Cadernos Metrópole**, v. 15, nº 29, pp. 123-142, 2013.

MARICATO, Ermínia. O nó da terra. **Revista Piauí**, 2008. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-no-da-terra>>. Acesso em 13/12/2021.

MARICATO, Ermínia. “É a questão urbana, estúpido!”. In: VAINER, Carlos B. et al (orgs.). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 19-26.

MYR PROJETOS SUSTENTÁVEIS. **Estudo de impacto ambiental** – Granja Werneck (vols. 1-9). 2011. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=acessoinformacao&tax=39341&lang=pt_BR&pg=10125&taxp=0&>. Acesso em 29/09/2016.

- PEIXOTO, Clarice E.; LUZ, Gleice M. De uma morada à outra: Processos de re-coabitação entre as gerações. **Cadernos Pagu**, nº 29, pp. 171-191, 2007.
- RIBEIRO, Ana P.; BOULOS, Guilherme; SZERMETA, Natalia. Como não fazer política urbana. **Carta Capital**, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/como-nao-fazer-politica-urbana-3066.html>>. Acesso em 14/08/2020.
- RIBEIRO, Luiz C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- ROSSI RESIDENCIAL. **Imóveis**. 2019. Disponível em: <<http://www.rossiresidencial.com.br/busca/mg/belo-horizonte>>. Acesso em 13/03/2019.
- SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, nº 32, pp. 89-109, 2012.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 57, pp. 77-92, 1980.
- SMITH, Neil. **The New Urban Frontier**: Gentrification and the Revanchist City. London: Routledge, 1996.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**: Escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015a.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Mercator**, v. 14, nº 4, pp. 25-44, 2015b.
- TEODORO, Pacelli H. M. **Isidoro** – quando o discurso dissimula o cotidiano. 2014a. (2h26m39s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hbwroaSwhFk>>. Acesso em 13/12/2021.
- TEODORO, Pacelli H. M. **O urbanismo ambiental e os projetos de cidade**: ecológica, sustentável e saudável. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2014b. (Pesquisa de Pós-Doutorado).
- TEODORO, Pacelli H. M. Ocupações urbanas e retratos cotidianos. **e-metropolis**, nº 23, pp. 49-53, 2015. (Seção especial).
- UNITED NATIONS. **Our common future**. Oslo: Department of Economic and Social Affairs, 1987.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia (orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

WORLD BANK. **World development indicators**. 2020. Disponível em: <<https://datacatalog.worldbank.org/dataset/world-development-indicators>>. Acesso em 13/12/2021.

Pacelli Henrique Martins Teodoro é doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Presidente Prudente, e professor no curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). **E-mail:** pacelli.teodoro@ufvjm.edu.br

Artigo enviado em 11/04/2022 e aprovado em 20/06/2022.